



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
GABINETE DO PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR N.º 014 /99

**ALTERA O DISPOSTO NA LEI
COMPLEMENTAR N.º 003 /97,
QUE CRIA A EMPRESA PÚBLICA
MUNICIPAL DE HABITAÇÃO,
URBANIZAÇÃO, SANEAMENTO
E ÁGUAS - EMHUSA - E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ DELIBERA E EU SANCIONO A

SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Ficam alterados os artigos 2º e 4º da Lei Complementar n.º 003/97, para atendimento ao disposto em Notificação do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Em decorrência das modificações no artigo anterior, os artigos da Lei Complementar n.º 003 / 97 passam a ter a seguinte redação:

Art. 2º - Em observância ao princípio de que na empresa pública o capital é exclusivamente estatal, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a doar à EMHUSA os imóveis abaixo discriminados, a fim de integralizarem o capital social de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
GABINETE DO PREFEITO

VI – 13 (treze) lotes de 450,00 m², cada um, e 1 (um) lote de n.º 670 com 448 m², totalizando uma área de 6.298,00 m² (seis mil, duzentos e noventa e oito metros quadrados), ou a que for ali encontrada, reservada ao Município, lotes situados entre as ruas W-29, W-30 e rua Prof. Marcílio Picanço, no Loteamento Mirante da Lagoa, com valor estimado em R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

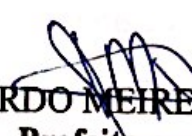
Parágrafo Único – Fica excluído o item IX, por se tratar de terreno não pertencente ao Município.

Art. 4º - A Empresa será administrada por uma Diretoria composta por um Diretor-Presidente, um Diretor Vice-Presidente, três Assessores e quatro Gerentes, respectivamente, símbolos DAS-I, DAS-II , DAS-III e DAS-III, cargos que ora se criam, escolhidos pelo Chefe do Executivo e demissíveis *ad nutum*, e terá um quadro funcional, cujo contrato será regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, com as distorções já previstas, no que permite à acumulação, à greve e aos litígios decorrentes das relações de trabalho, em face da natureza estatal da entidade.

Art. 3º - Correrão por conta de Créditos Especiais, desde já autorizadas, as despesas decorrentes da aplicação desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, em 18 de junho de 1999.


RICARDO MEIRELLES VIEIRA
Prefeito em exercício

Registro de	Debate
Publicação	pag. 02
Intende	nº 3695-23/06/99
Assinatura	M. Meirelles
Serviço	